

uns autos de processo comum (tribunal singular) n.º 748/97.SSLPRT, ao qual foi apensado o processo comum (tribunal singular) n.º 27/00, do 3.º Juízo, 3.ª Secção, onde foi declarado contumaz, desde 17 de Setembro de 2001, o arguido Rui Pedro Alves da Silva, filho de Luís Mariano Santos e de Elvira Augusta Alves Saraiva, natural de Paranhos, Porto, nascido em 13 de Abril de 1979, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11375226, com domicílio na Rua da Marquesa do Cadaval, 115, apartamento 2.3, Fânzeres, 4435-000 Rio Tinto, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 10 de Julho de 1998, por despacho de 13 de Dezembro de 2004, proferido nos presentes autos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

16 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Carlos Raimundo*. — O Oficial de Justiça, *António Santos Rodrigues*.

1.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 1865/2005 — AP. — A Dr.ª Maria Manuela Paupério, juíza de direito da 1.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca do Porto, faz saber que no processo comum, colectivo (crimes militares) n.º 146/04.6TCPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Miguel Lopes Pereira, filho de Alexandre Conceição Pereira e de Maria de Fátima Silva Lopes, nascido em 5 de Setembro de 1981, solteiro, com domicílio na Rua da Fonte de Contumil, entrada 92, casa 2, Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de deserção, previsto e punido pelos artigos 142.º, n.ºs 1, alínea a), e 2, e 149.º, n.º 1, alínea a), 2.ª parte, ambos do Código de Justiça Militar, praticado em 15 de Maio de 2001, por despacho de 9 de Dezembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

10 de Dezembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela Paupério*. — O Oficial de Justiça, *Luis Filipe Pires Morais Pinto*.

2.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 1866/2005 — AP. — A Dr.ª Manuela Trocado, juíza de direito da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca do Porto, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 17 735/95.0TDPRT (ex-processo n.º 15/00), pendente neste Tribunal contra a arguida Cidália Maria Rocha Martins, filha de Joaquim Sousa Martins e de Maria Natividade Rocha Vieira, natural de Fornos, Marco de Canaveses, de nacionalidade portuguesa, nascida em 7 de Março de 1974, solteira, com domicílio na Alameda de Maria Fonte, 19, 5.º, esquerdo, poente, 4710-000 Braga, por se encontrar acusada da prática de um crime de furto qualificado, na forma tentada, previsto e punido pelos artigos 204.º, n.º 2, alíneas a) e e), 22.º, 23.º e 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 27 de Outubro de 1995, e de um crime de detenção ou tráfico de armas proibidas, previsto e punido pelo artigo 275.º, n.º 3, do Código Penal, praticado em 27 de Outubro de 1995, por despacho de 8 de Novembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

3 de Dezembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Manuela Trocado*. — A Oficial de Justiça, *Maria Conceição Allen*.

Aviso de contumácia n.º 1867/2005 — AP. — A Dr.ª Maria Luísa Arantes, juíza de direito da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca do Porto, 1.ª Secção, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 4712/99.1JAPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Armando António Magalhães Amadeu, filho de António Monteiro Amadeu e de Beatriz Fernanda de Sousa Magalhães, nascido em 2 de Novembro de 1975, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11334208, com domicílio na Rua de Damão, 19, rés-do-chão, esquerdo, 4100 Porto, o qual foi condenado, em cúmulo jurídico, na pena de três anos e quatro meses de prisão e 35 dias de multa, à taxa diária de 350\$, no total de 12 250\$, por acórdão de 13 de Março de 2001, transitada em julgado em 28 de Março de

2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 30 de Novembro de 2004, nos termos dos artigos 335.º, n.º 3, 337.º, n.ºs 1 e 3, *ex vi* artigo 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de o mesmo obter certidão de nascimento, certidão de casamento, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e certidão de registo criminal.

9 de Dezembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Maria Luísa Arantes*. — A Oficial de Justiça, *Fátima Coelho*.

3.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 1868/2005 — AP. — O Dr. Moreira Ramos, juiz de direito da 3.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca do Porto, 1.ª Secção, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 170/01.OPIPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Aristides Augusto Andrade, filho de Manuel Joaquim Andrade e de Ermelinda Antónia do Nascimento, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Maio de 1953, divorciado, com domicílio na Rua da Bonjóia, 185, Campanhã, 4300-082 Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, e de um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, por despacho de 2 de Dezembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado.

6 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Moreira Ramos*. — A Oficial de Justiça, *Carmen Espírito S. A. Terreiro*.

4.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 1869/2005 — AP. — O Dr. Castela Rio, juiz de direito da 4.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca do Porto, 1.ª Secção, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 512/02.1PHPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo Jorge Fontes Pereira Alves Nascimento, filho de Manuel Moreira da Fonseca Alves do Nascimento e de Maria Aldina Fontes Pereira do Nascimento, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Janeiro de 1972, solteiro, titular do passaporte n.º N0373240, com domicílio na Hospedaria Vigorosa, Rua Vigorosa, 736, 4300-000 Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, praticado em 22 de Fevereiro de 2002, por despacho de 3 de Dezembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação em juízo.

6 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Castela Rio*. — A Oficial de Justiça, *Ana Paula Costa Fernandes*.

Aviso de contumácia n.º 1870/2005 — AP. — O Dr. Castela Rio, juiz de direito da 4.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca do Porto, 1.ª Secção, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 8468/95.9JAPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Fernando Rui dos Santos Silva, filho de José da Silva e de Palmira Delfina dos Santos, natural de Campanha, Porto, de nacionalidade portuguesa, nascido em 5 de Fevereiro de 1969, titular do bilhete de identidade n.º 10655280, com domicílio no Bairro de São João Deus, Rua Seis, casa 21, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º do Código Penal, praticado em 7 de Maio de 1995, por despacho de 15 de Dezembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir de 26 de Julho de 2004, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

17 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Castela Rio*. — A Oficial de Justiça, *Laura Maria C. P. Andrade*.

TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE LANHOSO

Aviso de contumácia n.º 1871/2005 — AP. — O Dr. Herculano José Rodrigues Esteves, juiz de direito da secção única do Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso, faz saber que no processo

sumário (artigo 381.º do Código de Processo Penal) n.º 99/01.2GAPVL, pendente neste Tribunal contra o arguido Artur Manuel Martins Fernandes, filho de Manuel Fernandes e de Laurinda Martins, de nacionalidade portuguesa, nascido em 15 de Agosto de 1973, casado, titular do bilhete de identidade n.º 10510727, com domicílio no lugar do Muro, São Cláudio do Barco, 4800 Guimarães, declarado contumaz por despacho proferido em 15 de Dezembro de 2003, o qual tinha sido condenado pela prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º do Código Penal, praticado em 11 de Março de 2001, por despacho de 18 de Outubro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido ter cumprido a pena em que foi condenado.

7 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Herculano José Rodrigues Esteves*. — A Oficial de Justiça, *Maria Isaura Silva Castro*.

Aviso de contumácia n.º 1872/2005 — AP. — O Dr. Herculano José Rodrigues Esteves, juiz de direito da secção única do Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 2/02.2GBPVL, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Manuel Santos Vieira, casado, empregado de hotelaria, filho de António Vieira e de Prazeres dos Santos Vieira, nascido em 10 de Fevereiro de 1959, em Angola, titular do bilhete de identidade n.º 5235576, com domicílio em 154 Rue D'Esch, L-7460, Luxemburgo, e quando em Portugal, na Avenida da Republica, 462, 2.º, direito, 4450-000 Matosinhos, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 205.º do Código Penal, praticado em 21 de Janeiro de 2002, por despacho de 20 de Dezembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido detido a apresentado a este Tribunal.

21 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Herculano José Rodrigues Esteves*. — O Oficial de Justiça, *Amadeu Carlos Sá Sousa Dias*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso de contumácia n.º 1873/2005 — AP. — A Dr.ª Luísa Cristina Ferreira, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 145/03.5GAPVZ, pendente neste Tribunal contra a arguida Aurélio Maria Gomes da Costa, filha de Sebastião Gomes da Costa e de Rita da Costa e Silva, de nacionalidade portuguesa, nascida em 27 de Novembro de 1967, casada, titular do bilhete de identidade n.º 10971469, com domicílio na Rua de Alberto Oliveira, 2, 4490 Póvoa de Varzim, por se encontrar acusada da prática do crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em Agosto de 2002, foi a mesma declarada contumaz, em 10 de Dezembro de 2004, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação da arguida em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

15 de Dezembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Luísa Cristina Ferreira*. — A Oficial de Justiça, *Maria Dores Vale*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso de contumácia n.º 1874/2005 — AP. — O Dr. Orlando Sérgio Rebelo, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 370/00.0TAPVZ, pendente neste Tribunal contra o arguido Cláudio das Dores Major da Silva Carvalho, filho de Joaquim Moreira Silva Carvalho e de Maria José Major Carvalho, nascido em 29 de Junho de 1972, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10967220, com domicílio na Rua do Dapão, 46, 3.º, direito, Alhos Vedros, 2580

Moita, por se encontrar acusado da prática do crime de falta à incorporação, previsto e punido pelos artigos 24.º, n.º 3, e 40.º, n.º 1, da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho, com redacção introduzida pela Lei n.º 89/88, de 5 de Agosto, por despacho de 25 de Novembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por descriminalização.

30 de Novembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Orlando Sérgio Rebelo*. — A Oficial de Justiça, *Elsa Góis*.

Aviso de contumácia n.º 1875/2005 — AP. — O Dr. Orlando Sérgio Rebelo, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 797/00.8TAPVZ, pendente neste Tribunal contra o arguido José João Pereira Rocha, com domicílio no Bairro Campo da Bola, Rua da Praia, 3, Monte de Caparica, Costa de Caparica, por se encontrar acusado da prática do crime de falta à incorporação, previsto e punido pelos artigos 24.º, n.º 3, e 40.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho, por despacho de 25 de Novembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por descriminalização.

30 de Novembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Orlando Sérgio Rebelo*. — A Oficial de Justiça, *Elsa Góis*.

Aviso de contumácia n.º 1876/2005 — AP. — A Dr.ª Maria Joana de Castro Oliveira, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 402/00.2TAPVZ, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo Jorge Araújo Gonçalves, com domicílio em Bragança, o qual se encontra acusado pela prática do crime previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 24.º, n.º 3, e 40.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 89/88, de 5 de Julho, e 22/91, de 19 de Junho, por despacho de 25 de Novembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por descriminalização por força das disposições conjugadas dos artigos 59.º e 61.º da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, e Regulamento da Lei do Serviço Militar (Decreto Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro).

30 de Novembro de 2004. — A Juíza de Direito, *Maria Joana de Castro Oliveira*. — A Oficial de Justiça, *Ermelinda Maria S. M. Pereira*.

Aviso de contumácia n.º 1877/2005 — AP. — O Dr. Orlando Sérgio Rebelo, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 799/00.4TAPVZ, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Miguel Jesus Garcia, filho de António Garcia e de Júlia Conceição Mesquita Jesus, nascido em 28 de Novembro de 1975, titular do bilhete de identidade n.º 10507058, com domicílio na Quinta de Santa Isabel, bloco B, lote 4, 1.º, direito, Aigualva, Cacém, por se encontrar acusado da prática de um crime de crimes relativos ao serviço militar, previsto e punido pelos artigos 24.º, n.º 3, e 40.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 89/88, de 5 de Agosto, 22/91, de 19 de Junho, e 174/99, de 21 de Setembro, praticado em 5 de Julho de 2000, por despacho de 3 de Dezembro de 2004, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por descriminalização por força das disposições conjugadas dos artigos 59.º e 61.º da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, e Regulamento da Lei do Serviço Militar (Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro).

10 de Dezembro de 2004. — O Juiz de Direito, *Orlando Sérgio Rebelo*. — A Oficial de Justiça, *Ermelinda Maria S. M. Pereira*.

Aviso de contumácia n.º 1878/2005 — AP. — O Dr. Orlando Sérgio Rebelo, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 68/04.0PAPVZ, pendente neste Tribunal contra o arguido José Alberto Nunes da Costa, filho de Luís da Costa Castanha e de Maria Nunes Ferreira, natural da Póvoa de Varzim, de nacionalidade portuguesa, nascido em 22 de Setembro de 1963, casado, titular do bilhete de identidade n.º 9458780, titular da licença de condução n.º 18008, com domicílio na Rua do Dr. Alberto Sampaio, bloco L, entrada 24, rés-do-chão, nascente, 4490 Póvoa de Varzim, por se